O GLOBO
Publicado em 16/04/2024 - 05:57

Governo afrouxa metas fiscais até o final do mandato de Lula

AJUSTE MAIS FROUXO

Governo muda metas e adia superávit para 2026, último ano do atual mandato de Lula

RENAN MONTEIRO, RENATA AGOSTINI, ELIANE OLIVEIRA E JOÃO SORIMA NETO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem um afrouxamento no ajuste nas contas públicas. A meta de resultado fiscal será de zero em 2025, a mesma deste ano (ou seja, receitas iguais às despesas). A obtenção do primeiro superávit foi adiada para 2026, último ano do atual mandato, com saldo de R$ 33,1 bilhões.

As novas previsões indicam melhora gradual nas contas até 2028, quando o país alcançaria saldo positivo de 1% do PIB. O novo modelo consta no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, enviado ontem ao Congresso, e representa a flexibilização do arcabouço fiscal. Para analistas, a mudança mina a credibilidade da regra.

Quando foi lançada, a regra fiscal previa superávit de 0,5% do PIB no próximo ano e de 1% em 2026. A trajetória prevista para as contas era vista com ceticismo pelo mercado. Com as mudanças anunciadas, não só o governo prevê piora do quadro fiscal, como reduziu a velocidade do ajuste nas contas: no lugar de avanço de 0,5 ponto percentual a cada ano, prevê melhoria de 0,25 ponto ao ano entre 2025 e 2027.

FOLGA DE R$ 159 BI

A mudança dará "folga fiscal" de R$ 159,3 bilhões aos cofres federais nos dois últimos anos do governo Lula, o que significa uma margem que o governo terá para evitar cortes ou aumentar receitas, segundo cálculos do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. O valor representa a diferença entre as metas anteriores e as anunciadas ontem.

No projeto da LDO consta previsão para o salário mínimo de R$ 1.502 para 2025, ganho real estimado de 2,9% em relação ao piso atual, de R$ 1.412 *(leia mais na página 12)*.

— Nós vamos ter que continuar trabalhando com o Congresso Nacional em busca dessas fontes (para equilíbrio das contas). Tanto de menor despesa quanto de recompor a receita. Se crescermos com inflação dentro da meta, o equilíbrio da dívida pública fica mais simples — disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à GloboNews.

DIOGO ZACARIAS / MF

Equilíbrio. Haddad diz que vai continuar interlocução com Congresso

A mudança na meta é decorrente da avaliação de que o Congresso não tem apetite para aprovar medidas complexas de alta de receitas e que a agenda de aumento de arrecadação está se exaurindo. A decisão foi "ajustar as expectativas" para não transformar a meta de 2025 em algo "grande demais" e, na prática, inatingível, disse um auxiliar do ministro.

Parlamentares têm aumentado a pressão para desidratar propostas do governo, caso da alterações no Perse (redução de impostos para setor de eventos) e em benefícios para municípios. Para a Fazenda, o mercado já entendeu que o governo é "sério" e comprometido com o ajuste. Mas é preciso "dosar" expectativas conforme a realidade da política.

A opção pela meta zero indica, na prática, a possibilidade de déficit de até 0,25% do PIB, já que o arcabouço prevê uma margem de tolerância, podendo levar o rombo a R$ 31 bilhões no próximo ano. O próprio governo já prevê resultado pior em razão do pagamento de precatórios (despesas judiciais), mas que será descontado em parte da meta por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Para este ano, a meta já é de déficit zero, e a última avaliação oficial previu buraco de R$ 9,3 bilhões.

Para chegar no resultado do ano que vem, o governo conta com a continuidade de receitas extraordinárias aprovadas para 2024. Na lista, estão R$ 28 bilhões com novos acordos em processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e R$ 31 bilhões em novos entendimentos entre o Fisco e os contribuintes para a regularização de impostos.

Economistas ouvidos pelo GLOBO dizem que, desde a alteração feita semana passada — a antecipação de R$ 15,7 bilhões extras para este ano —, a sinalização dada pelo governo era negativa. Integrantes do governo refutam a avaliação:

— O marco fiscal está intacto — disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Para Josué Pellegrini, economista da gestora Warren Rena, a mudança prejudica a regra:

— Afeta a credibilidade do arcabouço, não só pela mudança em si, mas pela postura do Congresso e do governo em relação à questão fiscal.

Para Sergio Vale, da MB Associados, há uma leitura equivocada de que o arcabouço é "do ministro Haddad":

— Nas vezes em que a política fiscal funcionou, as regras eram vistas como algo além da Fazenda. E com papel importante do Congresso. O regime fiscal, infelizmente, continuará fazendo água.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.